

**CORREGEDORIA DO INTERIOR****PORTARIA Nº 019/2020-CJCI****A DESEMBARGADORA DIRACY NUNES ALVES, CORREGEDORA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E,****CONSIDERANDO** a decisão proferida nos autos do processo nº 2019.7.006652-4 ¿ Correição Extraordinária nos Cartórios do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Notas e 1º Ofício de Tabelionato de Protesto Títulos e Notas de Marabá;**CONSIDERANDO** que é dever deste Poder Judiciário, mediante os seus Órgãos Correcionais, dirimir qualquer dúvida que envolva a conduta dos seus agentes, referente ao exercício de suas funções;**CONSIDERANDO** o que preconiza o art. 1.190 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, e os termos do art. 159 da Lei 5.008/81 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará.**RESOLVE:****1 ¿ INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** em desfavor do Senhor **MARCOS ALBERTO PEREIRA SANTOS**, Oficial Titular da Serventia Extrajudicial do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Notas de Marabá-PA.**2 - DELEGAR** poderes à **COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE DO TJE-PA**, para presidir e constituir a Comissão Processante, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a sua conclusão. Publique-se. Registre-se. Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Belém, 11 de março de 2020.

Desembargadora **DIRACY NUNES ALVES**

Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

**PORTARIA CONJUNTA Nº 043/2020- CJRMB/CJCI/CEIJ**

Dá publicidade às funcionalidades do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento ¿ SNA.

A Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior e a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, no uso de suas atribuições, e

**CONSIDERANDO** a prioridade das políticas de atendimento à infância e à juventude preconizada pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança, aprovadas pelo Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas em 15 de junho de 2009;**CONSIDERANDO** as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Civil e em outros normativos nacionais acerca do instituto de acolhimento e da adoção;